

O CAOS E A BARBÁRIE: Adoecimentos, intoxicações por venenos/agrotóxicos e acidentes de trabalho como facetas da expansão do capital agroindustrial canavieiro no Pontal do Paranapanema.

Gabriel Ferreira¹
Fredri dos Santos Bento²

Resumo

Evidencia-se no Pontal do Paranapanema uma série de mudanças em curso nessa segunda década do século XXI, que tem redefinido as relações entre capital e trabalho, bem como subjugado este último cada vez mais aos imperativos e interesses do capital agroindustrial canavieiro. O empresariado paulista ao adotar o pacote de quimificação, assim como todo um pacote tecnológico e novos arranjos organizacionais propostos pela reestruturação produtiva, tem contribuído para o aprofundamento das contradições na região do Pontal, e mais do que isso a saúde dos trabalhadores como nunca antes, está colocada em xeque. Adoecimentos, acidentes de trabalho e envenenamentos são algumas das expressões da barbárie que tem tomado à realidade dos trabalhadores do interior paulista, e isso se trata apenas do começo. A situação tende a se gravar, principalmente agora que o pacote de Reformas Anti-Povo promovido pelo governo Temer e aliados está para ser completamente implementado.

Palavras-chave: saúde do trabalhador, adoecimento, acidente de trabalho.

Introdução

A virada do século XX para o século XXI é marcada por uma ofensiva do capital sobre o trabalho e patamares de precarização que abrangem não apenas as formas de arregimentação, contratação, pagamento, salários, condições de trabalho, mas também sua subjetividade entendida enquanto consciência de classe e afetividade (ALVES, 2000; SILVA, 2006).

Dessa forma, o avanço do capital sob o signo da reestruturação produtiva e da sua respectiva mundialização, soma-se às condições facilitadas pela era neoliberal, condições essas adequadas para dar prosseguimento ao seu processo de acumulação e reprodução ampliada, com base em taxas mais elevadas de extração de trabalho não pago, sendo que dessa vez, todas as esferas da vida da classe trabalhadora têm sido afetadas e o ambiente de trabalho será intensamente (re) configurado, repercutindo de maneira ainda mais perversa na saúde do trabalhador.

¹ FCT - UNESP de Presidente Prudente/viti.gabi@hotmail.com

² FCT - UNESP de Presidente Prudente/fredri.sousuke@gmail.com

É nesse cenário de ofensiva do capital sobre o trabalho, não apenas em nosso recorte territorial, mas como parte de uma dinâmica global que se materializa de maneira diferenciada temporal e territorialmente; encimado na reestruturação produtiva que se tem o agravamento da precarização e da exploração, a contar com novos expedientes para a captura da subjetividade do trabalho e os arranjos organizacionais do processo de trabalho.

Diante disso, buscaremos nesse texto apresentar algumas reflexões, que estão englobadas em nosso objetivo que é fazer algumas ponderações quanto aos desdobramentos da transição tecnológica do corte da cana, que compreendemos como aprofundamento e expoente da reestruturação produtiva; na saúde da classe trabalhadora no Pontal do Paranapanema, mais precisamente na relação saúde-trabalho em uma perspectiva de determinação social dos agravos.

Desta forma, pretendemos nos lançar no debate político, ideológico e econômico que há por trás dos constantes ataques que o capital tem feito contra os trabalhadores, sobretudo contra a saúde destes, que se vêem cada vez mais, em nosso recorte territorial, diante de uma situação insustentável de adoecimentos, acidentes de trabalhos e intoxicações por venenos/agrotóxicos. Essa situação tende a se agravar de agora em diante com o pacote de reformas de caráter anti-povo, ao qual destacamos a primeira parte da Reforma Trabalhista e a PEC da Terceirização, que na prática possibilita que de agora em diante a terceirização não seja apenas em atividades-meio, como antes previa a legislação trabalhista, mas também nas atividades-fim de qualquer empresa. Em outras palavras, procuramos evidenciar o que aqui chamamos de a barbárie da des (realização) do trabalho e o caos da subjugação humana ao trabalho estranhado.

No que se refere aos procedimentos metodológicos que nos possibilitaram fazer os apontamentos que serão apresentados ao longo do texto, têm sido feito constantes trabalhos de campo na região do Pontal do Paranapanema, com entrevistas realizadas a partir de roteiros semi-estruturados direcionadas a trabalhadores rurais, representantes dos sindicatos e das unidades de saúde, assim como representações das agroindústrias da região.

Uma perspectiva histórica na análise da relação Trabalho e Saúde: a determinação social dos agravos.

No final da década de 1960 e início dos anos 1970, com o aprofundamento da concorrência capitalista, constatavam-se, como nos indica Thomaz Junior (2009), no centro do sistema, algumas mudanças de rota dos referenciais que se ergueram após a Segunda Guerra Mundial. O produtivismo da sociedade burguesa alcançou seu limite, porque ao mesmo tempo em que as novas bases tecnológicas ampliaram a produção, a ponto de estarmos imersos em meio a uma crise de superprodução, isso não requereu o emprego de novos braços humanos (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Mesmo que o comando da Nova Divisão Internacional do Trabalho já revelasse sua dimensão financeira neste período, essa via se consolidou, consorciando de um lado, a reestruturação produtiva do capital, à base de uma nova revolução tecnológica (informática, microeletrônica e tecnologia de informação – TI), o que apressou e tem intensificado o papel das grandes corporações transnacionais, pela via do aprofundamento da concorrência intercapitalista. Paralelamente, precarizou ainda mais o trabalho, que se apresenta de muitas formas e tem crescido em uma proporção mais ou menos direta com a redução das formas de trabalho consideradas “estáveis” (THOMAZ JUNIOR, 2009). “A complexidade desse processo retém em si o fato de que o capital financeiro ‘não deu uma rasteira’ no capital produtivo, pois ambos são irmãos siameses, ou seja, um não pode viver sem o outro.” (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Quando estas mudanças atingem a periferia do sistema, que possui elite com histórico de subserviência para com as grandes potências do centro, o mundo do trabalho dos chamados “países em desenvolvimento” presencia metamorfoses e (re) arrumações que se desdobrariam em um complexo reordenamento organizacional e produtivo no território. Mais do que isso, as metamorfoses ainda em curso adentram o século XXI em países da periferia do sistema como o Brasil e legam mesclas de modelos organizacionais e produtivos que intensificarão ainda mais as nossas já altas taxas de exploração e jornadas de trabalho exaustivas. Isso quer dizer que mais do que nunca o que está em jogo não é apenas a organização política/econômica do trabalhador, mas também sua saúde.

Seja para os ainda presentes (de maneira residual e estratégica!) trabalhadores do corte manual da cana, ou ainda para aqueles que foram incorporados no processo de mecanização e

hoje desempenham funções relacionadas à condução/operação de maquinários; os acidentes de trabalho e as chances de adoecimento se colocam como uma realidade inegável nestes ambientes laborais. As metas de produção e as atividades quase impossíveis de ser atingidas, a pressão psicológica e até mesmo assédio moral, desencadeiam quadros variáveis de *stress* e desequilíbrio psíquico, implicando em problemas relacionados à saúde física e mental do trabalhador.

Isso nos inspira a pensar que os acidentes de trabalho/adoecimentos devem ser considerados como parte de um processo complexo de tramas sociais radicadas na irracionalidade sistêmica do capital e que dão fundamento a todo o sistema de exploração e degradação do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2011).

Assim, a relação trabalho-saúde é a própria sociedade respondendo às formas de controle social exercidas pelo capital (THOMAZ JUNIOR, 2014). É imprescindível analisar esta questão, considerando que mais do que nunca a saúde dos trabalhadores está xeque. Os (re) arranjos organizacionais e produtivos impostos pela reestruturação produtiva, o pacote neoliberal e a opção feita pelo empresariado do setor agroindustrial canavieiro paulista pela utilização do modelo químico dependente no campo (agrotóxicos, fertilizantes e outras substâncias hostis à saúde humana) são eventos/processos/táticas do capital que contribuirão para intensificar as já precárias condições de trabalho e extensas jornadas dos trabalhadores.

Lourenço (2013) indica que se acredita que a gênese e o desenvolvimento de muitas doenças têm uma conexão com o trabalho (ocupacional) e relações sociais subjacentes, muito embora haja uma tendência nos serviços de saúde e previdenciários, mediada pela ideologia capitalista, que identifica essas manifestações de modo a-histórico, como se adoecer e morrer antes do tempo não tivesse ligação junto com a realidade material e subjetiva de trabalho.

A mesma autora ainda nos diz que nas empresas os acidentes de trabalho costumam ser investigados pelos técnicos especializados em saúde e segurança do trabalho apenas como fruto de um comportamento proposital. Em geral, demitem-se os trabalhadores que sofrem algum acidente ou que adoecem e são mantidas as condições de trabalho. Em outras palavras, “situar as doenças como originárias unicamente da subjetividade humana, ou até mesmo o acidente, como causado pela vontade própria (como se o indivíduo-mercadoria buscasse a sua automutilação) é uma análise simplista que desconsidera as relações sociais de produção e como elas se dão. “Desconsidera o seu pressuposto básico: a exploração do trabalho e a captura da mais-valia” (p.190).

Nesse sentido, chamamos a atenção para a relação saúde-trabalho no campo, sobretudo a partir da dita “modernização” da agricultura (e seus desdobramentos na forma de acidentes de trabalho e envenenamentos/intoxicações), agora reatualizada e aprofundada com o potencial para a produção de etanol, combustível renovável demandado pelo mercado internacional, por meio da presença dos grupos e conglomerados transnacionais, marcada pelas fusões e formação de monopólios, repercute diretamente na estrutura produtiva do país, a partir do modelo monocultor/latifundiário e também nas relações sociais de trabalho, que se materializam no cotidiano dos trabalhadores a partir do desemprego, dos descumprimentos da legislação trabalhista (CLT), da Constituição, contratos de trabalho, do rebaixamento dos salários, do medo, das doenças e adoecimentos do trabalho, portanto, no saque da vida (LOURENÇO, 2013 p. 195). A autora enfatiza que isso indica que há indiferença e desrespeito para com a vida neste modelo de desenvolvimento escolhido pelas elites econômica e política no campo. Não se trata somente da periculosidade do trabalho, mas das relações de trabalho que, sob o processo de acumulação, submetem os trabalhadores às mais variadas restrições de liberdade e autonomia, determinantes no processo do saque da vida/saúde, reconhecido de modo autônomo e independente das condições e relações sociais de trabalho.

Ao se preocupar com essa questão, Pignati (2013) propõe uma análise que vai à contramão do modelo isolacionista, estático, a-histórico da medicina do trabalho e de outros profissionais da saúde que optam por uma análise positivista da relação saúde-trabalho. Seria esta nova perspectiva balizada em um modelo da determinação social que coloca o trabalho como categoria central e constrói explicações estruturais de fundamental importância para a compreensão do processo saúde-trabalho-doença, em sua dimensão coletiva, social, histórica e geográfica. Isto porque o território das realizações dessas relações é o referencial para o entendimento dos processos de dominação e controle do trabalho pelo capital.

Esta abordagem embasa os estudos em Geografia do trabalho e da saúde, em consonância com a corrente denominada *saúde do trabalhador*, para a qual, nas sociedades capitalistas, a subjugação do trabalho ao processo de valorização do capital seria a chave para a compreensão da saúde e da doença dos grupos humanos, divididos em classes sociais (PIGNATI, 2013). O mesmo autor conclui sua reflexão ao nos dizer que as ações de vigilância em saúde do trabalhador devem buscar as origens dos riscos, e não apenas os fatores de riscos dos agravos à saúde e dos danos ambientais.

Ainda sobre a saúde dos trabalhadores, em especial a dos trabalhadores rurais, Maniglia (2012) ao nos indicar as inconsistências e contradições do discurso da sustentabilidade, amplamente utilizado por agroindústrias atualmente, enfatiza que aquilo que deveria ser sustentável na íntegra pode ser insustentável. Ademais é preciso raciocinar que a insustentabilidade implica em uma série de sequelas que se reproduzem na saúde do trabalhador. É nisso que repousa o nexos entre o trabalho e saúde no modelo de produção capitalista, que acumula nuances que propiciam a fragilidade física e mental do trabalhador, em especial do rural, que traz uma história de vida adversa marcada pelo desrespeito aos direitos e garantias fundamentais.

Sobre o setor rural, Maniglia (2012) acrescenta que este fere profundamente a dignidade de seu trabalhador com os fatos que se acumulam em situações inusitadas, e não encontradas no setor urbano. O resultado destes problemas é manifestado nas doenças psíquicas causadas pelo stress, ansiedade e até pelo alcoolismo como meio de fuga de uma realidade cruel.

Em síntese, entendemos que se deve buscar as causas socioeconômicas de quem produziu os riscos dos processos produtivos ou dos serviços. E dessa forma nos juntamos a autores como Lourenço (2013), Pignati (2013) e Maniglia (2012) ao enfatizarmos que foram à mais-valia, o lucro e a usura do sistema capitalista que transformaram o trabalho, a natureza, a vida e a qualidade de vida em mercadorias, induzindo os acidentes de trabalho (típicos, de trajeto), o surgimento de doenças ocupacionais e casos de intoxicação pela exposição ou contato mínimo com o pacote de quimificação no campo.

Portanto, consideramos primordial entender que o processo de adoecimento dos trabalhadores ou mesmo a ocorrência de acidentes de trabalho no ambiente laboral faz parte da estrutura do próprio modelo de produção e sociedade que está colocado no campo e na cidade, e logo os arranjos organizativos e produtivos nas empresas, principalmente no advento da transição tecnológica em muitos territórios pelo Brasil afora, são basicamente expressão do aprofundamento da barbárie e da exploração do ser humano pelo ser humano. Neste sentido, é essencial, quando pensamos no campo e sua relação com a cidade, entendermos um pouco sobre qual o tipo de agricultura que têm sido a aposta do Brasil para aquecer a economia e quais são os seus desdobramentos para todas as esferas da vida dos trabalhadores brasileiros, especialmente a saúde destes.

Saúde e Trabalho no Brasil: o Agro precariza, o Agro provoca acidentes de trabalho, o Agro envenena e o Agro adocece os trabalhadores.

A estimativa para a safra 2017/2018 de cana-de-açúcar é de 647, 63 milhões de toneladas. A informação foi divulgada pela Companhia Nacional de abastecimento (CONAB), que também informou que a safra de 2016/2017 foi de 657,18 milhões de toneladas. Mesmo com a diminuição no total da safra de um ano para o outro, o setor comemora e se mantém otimista considerando que os preços estão favoráveis e o volume total da produção deve seguir em patamares aceitáveis pelo empresariado do setor.

Isso em um primeiro momento poderia representar boas notícias para o Brasil, para a retomada da economia em um país que se encontra mergulhado em uma crise política e econômica de proporções preocupantes que têm gerado milhões de desempregados de acordo com estatísticas oficiais. No entanto, a manutenção da aposta no modelo proposto pelo agronegócio, que se baseia na grande propriedade, monocultura e grandes somas de incentivos e benefícios fiscais (e monetários) fornecidos pelos próprios governos nas três esferas, esconde atrás de seu discurso de salvação e crescimento econômico algumas facetas extremamente perigosas não apenas para a organização dos trabalhadores que exercem alguma função laboral no setor sucroalcooleiro, mas também para a saúde de todo o universo do trabalho que está envolvido no agrohidronegócio canavieiro, assim como de tantos outros trabalhadores que não estão necessariamente envolvidos com a produção e desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar. Queremos dizer que a partir de mudanças e (re) arrumações produtivas e organizativas no período posterior aos anos de 1970 juntamente com o que ficou conhecido como modernização da agricultura de cunho conservador no campo, que representou na prática simplesmente uma modernização e reforço do modelo que se baseia na grande propriedade da terra, grilagem, violência no campo e formas de trabalho análogas à escravidão; assumiu no território brasileiro uma reafirmação e aprofundamento das contradições sociais e conflitos no campo, assim como a continuidade de práticas nos latifúndios consideradas normais e aceitáveis pelo maior parte do nosso empresariado: a super exploração da mão-de-obra e longas jornadas de trabalho.

Neste sentido, a partir das mudanças nos arranjos organizativos e produtivos no pós anos de 1970, conhecido como reestruturação produtiva, assim como a adoção gradativa e diferenciada temporal e territorialmente no Brasil de um pacote tecnológico e de quimificação

no campo, tem produzido a exacerbação das contradições entre capital e trabalho, e impactado direta ou indiretamente a vida dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro, seja através do aumento das jornadas de trabalho e exploração do trabalho, que levam à ocorrência de acidentes de trabalho ou mesmo adoecimentos após alguns anos de exercício da função laboral nas agroindústrias canavieiras; seja através do pacote de quimificação utilizado no setor pelo Brasil afora que têm produzido casos que a princípio aparentam estar isolados mas que na realidade esconde uma verdade aterrorizante, que imediatamente derruba o discurso de heróis do desenvolvimento, tão apregoado e divulgado pela mídia corporativa ao se referir aos proprietários e acionistas das usinas canavieiras: o agrohidronegócio canavieiro têm usado os trabalhadores de maneira cada vez mais intensa, através do aumento das jornadas de trabalho e exploração do trabalho, e quando estes sofrem algum acidente de trabalho ou adoecem ao longo dos anos por causas direta ou indiretamente relacionadas com a função laboral nas usinas, são descartados sem a menor misericórdia. Entre os casos de adoecimento chamamos a atenção para os trabalhadores que estiveram em contato ou exerceram alguma função onde precisavam lidar com os herbicidas, os chamados defensivos agrícolas, pois estes trabalhadores quando procurados nas estatísticas simplesmente não constam, mas quando fazemos trabalhos de campo constantes nos municípios que estes trabalhadores costumam viver, ali descobrimos que o discurso oficial assim como as estatísticas oficiais não estão dando conta de mostrar o que está ocorrendo na realidade territorial dos trabalhadores do setor agroindustrial canavieiro pelo Brasil afora.

De acordo com a Agência Emprapa de informação tecnológica, anualmente são utilizados no mundo aproximadamente 2, 5 milhões de toneladas de agrotóxicos. Só no Brasil, o consumo anual têm sido superior a 300 mil toneladas. Isso em outras palavras é o mesmo que, em quantidade de ingrediente ativo, 130 mil toneladas consumidas, representando um aumento no consumo de agrotóxicos de 700% nos últimos quarenta anos, enquanto a área agrícola aumentou 78% nesse período.

Para se ter uma noção da gravidade do problema, o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking mundial de consumo dos agrotóxicos, e se encontra na liderança do consumo mundial desde 2008. De acordo com dados da Anvisa, nos últimos dez anos o mercado mundial de “defensivos agrícolas” cresceu 93%, já no Brasil o crescimento foi de 190%. Tais números demonstram duas grandes tendências e práticas: têm se usado cada vez mais agrotóxicos no

Brasil na produção do modelo proposto pelo agrohidronegócio, e o governo têm sido permissivo e conivente com esta prática.

Estes dados e estas duas tendências elencadas por nós por só já são extremamente alarmantes, e nos chama a atenção para o fato de que cada vez mais a totalidade dos brasileiros se encontra em risco com a escolha feita pelo empresariado, com destaque para o agrohidronegócio canaveiro do estado de São Paulo: os trabalhadores que exercem funções no setor sucroalcooleiro estão em risco, e os trabalhadores que não estão no setor em questão também estão em risco, por conta dos derivados da cana-de-açúcar e tipos de pulverização utilizadas nas agroindústrias, como a pulverização aérea nos canaviais que por conta do efeito deriva pode levar parte do agrotóxico lançado pelos aviões à locais com populações próximas, havendo a possibilidade da ocorrência de adoecimentos à médio e longo prazo em pessoas aleatórias caso estas “chuvas de veneno” sejam constantes.

A partir disso, quando nos debruçamos sobre a realidade territorial do Pontal do Paranapanema - SP, sempre prezando e recorrendo aos trabalhos de campo e acesso à ampla bibliografia, temos nos deparado com a grave situação que vem se materializando em variados territórios pelo Brasil afora, gerada pela escolha do empresariado pelo pacote de quimificação e transição tecnológica evidenciada na região de nosso recorte territorial de maneira marcante. No entanto, como já dito quando enfatizamos a escala nacional, na escala do Pontal do Paranapanema temos nos deparado com números e dados oficiais que não estão conseguindo dar conta de nos mostrar o que têm ocorrido de fato na realidade territorial de nossa região, logo como recurso metodológico enfatizamos à nossa escolha pela intensificação dos trabalhos de campo e utilização de outras metodologias qualitativas para conseguir apreender à complexa realidade que está colocada em nossa região. Destacamos a utilização de roteiros semi-estruturados para entrevistar trabalhadores do setor agroindustrial canaveiro, assim como representantes dos sindicatos dos trabalhadores rurais, representantes do poder público, das unidades de saúde e das próprias agroindústrias na região do Pontal do Paranapanema.

O resultado das entrevistas feitas com trabalhadores de municípios da região do Pontal do Paranapanema.

Os resultados das entrevistas realizadas junto aos trabalhadores e ex-trabalhadores canavieiros dos distritos de Presidente Prudente e outros municípios da região, sinalizam que se evidencia um processo intenso de descarte de trabalhadores das mais variadas funções, além disso, nos permitiu apreender, o quão intenso é o controle social e político que as agroindústrias, com destaque para a Alto Alegre, exerce sobre seus trabalhadores e a população local em geral.

No processo de degradação sistêmica² do trabalho e descarte dos trabalhadores nos canaviais dos municípios visitados, sobretudo, os distritos de Presidente Prudente, é importante frisar o quanto é difícil a realidade dos trabalhadores que diariamente se veem obrigados a vender sua força de trabalho nos canaviais da região, independentemente da função exercida.

Outra questão perceptível durante a realização das entrevistas é a dimensão do medo, não apenas pela possibilidade de perder o emprego, mas também medo de fracassar, de tomar gancho, que significaria no fim do mês um menor rendimento em relação ao considerado, além do medo de adoecer, medo de pedir atestado médico e, conseqüentemente, ser classificado como fraco diante dos colegas. A Dona Gorete³, quando chegamos a sua casa, estava com uma grande ferida ao redor dos olhos, ferida que mais tarde nos explicou ter acontecido no ambiente de trabalho, por conta da suposta urina de um sapo, no momento que ela estava limpando os banheiros da Alto Alegre. Em nenhum momento a trabalhadora disse que a usina cometeu algum erro, ou porque um sapo estaria naquele local, mas sim se culpou e queria voltar logo para seu ambiente laboral. Considerava que estava mais do que apta para voltar para sua função laboral, mesmo que visivelmente seu rosto ainda estivesse ainda em um estado muito preocupante.

Por isso, a grande maioria dos trabalhadores, sinalizam dores de cabeça, coluna, câimbras, dentre outros sintomas como normais, pois admiti-las enquanto problema implica em questionar a própria força e capacidade de seu trabalho, pois a doença é sinal de vergonha

² Cf. THOMAZ JUNIOR, 2016.

³ O nome citado se trata de um pseudônimo empregado ao longo de nossa pesquisa. Desse modo, todos os nomes que aparecem no texto são pseudônimos.

de ter de parar de trabalhar (DEJOURS, 1988). Assim podemos dizer que se naturaliza a dor, o adoecimento e os acidentes de trabalho, e os trabalhadores continuam a ser explorados até que em determinado momento eles são descartados, depois de terem devotado suas vidas pelo bem da empresa.

Além do mais, é relevante destacar que em tempos de transição da colheita manual para a mecanizada nos canaviais paulistas, novas incomodações ocupacionais tem se destacado. Destaque para as dores de ouvido, stress, insônia, surtos de hipertensão etc., como ficou premente nas entrevistas junto a trabalhadores que operam máquinas e tratores, tendo em vista a mudança na jornada de trabalho, dada a constante alteração de turno e os agravos para a saúde do trabalhador advindos da mesma. Para além das questões que envolvem o próprio esforço físico dos trabalhadores nos canaviais, nos chama atenção outras formas de degradação que atingem não só o corpo físico, como a mente e imaginário desses trabalhadores. Situações de quebra da solidariedade grupal, tendo em vista a competição no ambiente de trabalho são recorrentes, tendo em vista benefícios que se somam aos rendimentos salariais. Ou seja, a degradação do trabalho não está presente apenas na violação do corpo físico do trabalhador, mas principalmente na violação de sua subjetividade, que é abalada nas mais diversas formas de coerção dentro e fora dos canaviais e que mexem com as próprias emoções, crenças e valores que trazem e carregam esses trabalhadores.

A entrevista com uma das entrevistadas, a Dona Valquíria, é muito didática para compreendermos a importância de tratarmos a questão da saúde em sua relação com o trabalho, ou seja, em sua determinação social dos agravos. Seu depoimento, assim como o de outros trabalhadores como o Sr. Pablo, são extremamente ricos quando focamos na questão da relação saúde-trabalho, e a culpabilização da vítima, os trabalhadores.

Por exemplo, o Sr. Pablo afirma que já sofreu acidentes de trabalho, mas a culpa teria sido inteiramente dele. O mesmo supostamente teria acontecido com os amigos dele em outras oportunidades. A todo instante eles buscam se culpabilizar e aos colegas que se envolveram em acidentes de trabalho ou adoeceram. É importante dizer que ele não diz isso porque simplesmente quer, mas sim como uma tentativa de se convencer e por ter absorvido o discurso da agroindústria, discurso este que trata trabalhadores “problemáticos”, “que adoecem fácil”, como aqueles que seriam os descartados mais rapidamente. É a barbárie de você fazer o doente acreditar que ficou doente por culpa dele mesmo. É a barbárie de dizer que o trabalhador se acidentou por que quis, ou porque não foi cuidadoso o suficiente. Nesse

sentido, naturaliza-se os problemas, os desrespeitos/descumprimentos, e o capital avança sobre a objetividade da classe trabalhadora assim como sobre a sua subjetividade, fazendo com que os trabalhadores acreditem que são culpados por problemas e situações que no modelo atual de produção e desenvolvimento são produzidos por grupos corporativos e elite econômica/política.

Assim, compreendemos o fato dos trabalhadores não reconhecerem seu próprio sofrimento, e quando o fazem, evitam expressá-lo, dada a necessidade de manter uma postura que emane vitalidade e força diante da jornada de trabalho, sobretudo quando há a necessidade de se manter empregado. O adoecimento pode lhe custar o emprego num futuro próximo como ficou premente na entrevista da Dona Valquíria, ex-trabalhadora da Usina Alto Alegre.

O depoimento que a mesma nos concedeu é revelador e intrigante, pois demonstra as múltiplas estratégias que o capital canavieiro faz uso para explorar e controlar seus trabalhadores. Durante a entrevista a trabalhadora relata que, quando começou trabalhar nos canaviais era “sadia”, mas atualmente acumula uma série de problemas, dentre os quais se destaca dores no joelho, depressão, entre outros.

Foto 01 – Medicamentos consumidos pela trabalhadora Dona Valquíria.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A entrevistada ainda falou sobre os estigmas que marcaram sua trajetória laboral como o medo de trabalhar e acidentarse novamente, dos casos de *bullying* na rotina de trabalho, devido à deficiência física adquirida, que evoluiu para um processo de depressão etc.

Essas e outras questões nos permitem compreender o quadro de intensa precarização a que se encontram os trabalhadores nos canaviais paulistas, sob o manto da superexploração e invisibilização, como é o caso dos trabalhadores migrantes, seja nas irregularidades, estratégias e artimanhas utilizadas para com os trabalhadores regionais (locais) em busca seus direitos ou sob o expediente de incertezas que o setor tem apresentado nos últimos anos com a demissão de inúmeros trabalhadores, sob as justificativas mais espúrias.

Para tanto, ficou evidente nas entrevistas a amargura em relação à atividade desempenhada, tendo em vista que apesar de enxergarem na colheita da cana a oportunidade de mudança de vida e de aferir melhoras para sua família, a mesma não lhes é satisfatória, o que nos remete não apenas a precariedade em torno da atividade desempenhada, como a própria insatisfação com um trabalho que não lhes acrescenta sentido.

Considerações Finais

Os resultados das entrevistas realizadas junto aos trabalhadores e ex-trabalhadores canavieiros do Pontal do Paranapanema, sinalizam que se evidencia um processo intenso de descarte de trabalhadores das mais variadas funções, além disso, nos permitiu apreender o quão intenso é o controle social e político que agroindústrias, com destaque para a Alto Alegre, exerce sobre seus trabalhadores e a população local em geral.

Neste cenário, tendo como pano de fundo a luta de classes em um território marcado historicamente por conflitos pela terra, a saúde e organização dos trabalhadores mais do que nunca estão colocados em xeque. Sobretudo a saúde dos trabalhadores rurais, em sua relação com o trabalho nas agroindústrias espalhadas pelo Pontal.

Tal afirmação, a partir das leituras e trabalhos de campo em nosso recorte territorial, evidencia um quadro de avanço do capital sobre todas as esferas da vida do trabalhador, especialmente a saúde deste. No Pontal isso tomou a face de venenos devido à opção do empresariado paulista pelo pacote de quimificação e (re) arranjos perversos para a saúde do trabalhador provenientes de táticas e estratégias inerentes à reestruturação produtiva e seu expoente entendido por nós como transição tecnológica, na realidade territorial de nosso recorte: a forma de ser do trabalhador e de se inserir no trabalho, vínculo empregatício, forma de pagamento, rotina e exploração do trabalho, formas de organização/representação e

principalmente os rebatimentos na saúde, mais do que nunca são afetados pelos imperativos do capital agroindustrial canavieiro.

É nesse ambiente de tensões e desrespeitos/descumprimentos, e distanciamentos das entidades sindicais da realidade laboral dos trabalhadores, que se silencia, no Pontal do Paranapanema, nos últimos anos, um intenso e gradativo processo de transição tecnológica, em outras palavras a implementação de novos arranjos organizacionais e produtivos através da inserção de maquinários sofisticados, que inclusive dificultam ainda mais a ação sindical, assim como intensifica as jornadas de trabalho (ao flexibilizá-las), e eleva as taxas de exploração do trabalho. Em outras palavras, se aposta na extração de mais-valia absoluta, mesmo com o incremento de maquinários e um elevado patamar tecnológico no campo.

É relevante destacar que em tempos de transição da colheita manual para a mecanizada nos canaviais paulistas, novas incomodações ocupacionais tem se destacado. Destaque para as dores de ouvido, stress, insônia, surtos de hipertensão etc., como ficou premente nas entrevistas junto a trabalhadores que operam máquinas e tratores, tendo em vista a mudança na jornada de trabalho, dada a constante alteração de turno e os agravos para a saúde do trabalhador advindos da mesma.

Destacam-se também as situações de quebra da solidariedade grupal, tendo em vista a competição exacerbada no ambiente de trabalho pelo desejo de conseguir os benefícios que se somam aos rendimentos salariais. Ou seja, a degradação do trabalho não está presente apenas na violação do corpo físico do trabalhador, mas principalmente na violação de sua subjetividade, que é abalada nas mais diversas formas de coerção dentro e fora dos canaviais e que mexem com as próprias emoções, crenças e valores que trazem e carregam esses trabalhadores.

Revelar essa situação perversa de avanço do capital sobre o trabalho é fundamental para tentarmos contribuir para uma resposta à altura por parte das organizações da sociedade civil organizada e entidades dos trabalhadores, como é o caso dos STRs (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), muito embora estas organizações se encontrem em um profundo processo de crise de representatividade, com redução da taxa de trabalhadores sindicalizados, exacerbado apelo à burocratização sindical, e incapacidade (ou no mínimo dificuldade) de fazer o diálogo entre as categorias de trabalhadores.

Referências Bibliográficas

BARRETO, M. J. **Territorialização das agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho.** 2012. 244 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

BENTO, Fredi dos Santos; THOMAZ JUNIOR, Antonio. A dinâmica geográfica do trabalho encimada nas migrações sazonais para os canais do Pontal do Paranapanema (SP), no início do século XXI. **Pegada**, Presidente Prudente, 2015, V.16, N°1, p. 79-107.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho.** 3. ed. São Paulo: Cortez; Oboré, 1988, 163p.

HECK, F. M. **Degradação anunciada do trabalho formal na Sadia, em Toledo (PR).** 2013. 217 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **Alienação e Agravos à saúde dos Trabalhadores no Setor Sucroenergético.** In: LOURENÇO, E. A. S.; NAVARRO, V. L. (Orgs.). O Averso do Trabalho III: Saúde do Trabalhador e Questões Contemporâneas. Outras Expressões- SP, 2013.

PIGNATI, Wanderley. **O processo Saúde-Trabalho-Doença, os Sindicatos e os Desafios Para Vigilância em Saúde do Trabalhador.** In: LOURENÇO, E. A. S.; NAVARRO, V. L. (Orgs.). O Averso do Trabalho III: Saúde do Trabalhador e Questões Contemporâneas. Outras Expressões- SP, 2013.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI (Limites explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos).** Tese (Livre Docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009, volumes 1 e 2. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/inci.html>>. Acesso: 14 abr. 2012

_____. Se camponês, se operário! Limites e desafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil! In: THOMAZ JÚNIOR, et al. (orgs.). **Geografia e trabalho no século XXI**, vol.2, p.135-170. Presidente Prudente: Centelha, 2006.

_____. Degradação e Centralidade do Trabalho (As Contradições da Relação Capital x Trabalho e o Movimento Territorial de Classe). **Pegada**, Presidente Prudente, 2012, V.13, N°2, p. 4-19.

_____. A Nova Face do Conflito pela Posse da Terra no Pontal do Paranapanema (SP): Estratégia de Classe do Latifúndio e do Capital Agroindustrial Canavieiro. In: **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil.** V.2. ANTUNES, R. (Org.). São Paulo: Boitempo, 2013. pp. 325-340.

_____. **Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio no Brasil.** Presidente Prudente, 2016. (mimeogr.)